



ACÓRDÃO Nº419/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº11759/2021.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental – AADESAM.

4- Exercício: 2020.

Responsável: Bráulio da Silva Lima e José Nilmar Alves de Oliveira (gestores)

5- Advogado: Luna de Souza Fernandes - OAB/AM 12663.

6- Unidade Técnica: DICA.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 14/2023, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental - AADESAM. Exercício de 2020.

Regularidade com ressalvas. Ciência. Recomendação. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar regular com ressalvas as contas dos Srs. **Bráulio da Silva Lima** (1/1/2020 a 4/12/2020) e **José Nilmar Alves de Oliveira** (9/12/2020 a 31/12/2020) na condição de presidentes da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – Aadesam no exercício de 2020, nos termos do inciso II do art. 22 da Lei nº 2.423/1996, c/c inciso II do §1º do art. 188 da Resolução nº 4/02 – TCE/AM;

9.2. Dar ciência deste voto e da decisão plenária superveniente aos interessados, Srs. **Bráulio da Silva Lima** e **José Nilmar Alves de Oliveira**;

9.3. Recomendar à Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental - Aadesam que:

a) Atente-se quanto à obrigatoriedade de apresentação da declaração de bens, no momento da posse, para o exercício de cargos, especialmente quanto aos seus gestores e ordenadores de despesa,



ACÓRDÃO Nº419/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

nos termos da Lei nº 8730/1993;

b) mantenha atualizado seu portal da transparência nos termos da Lei nº 12.527/2011;

c) realize, preferencialmente, pregão eletrônico para aquisições de bens e serviços comuns, devendo constar no processo administrativo correspondente as justificativas caso adote sua forma presencial;

9.4. Arquivar os autos, expirados os prazos legais.

10- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 21 de março de 2023.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral